



**AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS  
DO ESTADO DO CEARÁ - ARCE**

Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista de Regulação**  
**Contador**

Caderno de Prova, Cargo D04 , Tipo 001  
000000000000000000  
00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

**P R O V A**

**Conhecimentos Gerais**  
**Conhecimentos Específicos I**

**INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE:**

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**FUNDAMENTOS DA ECONOMIA**

1. É um dos motivos para que ocorram as chamadas falhas de mercado, ou seja, situações em que os mercados não funcionam de forma a assegurar a eficiência econômica:

- (A) grande número de compradores e vendedores.
- (B) economias de aglomeração.
- (C) economias constantes de escala.
- (D) mercado pulverizado.
- (E) informações assimétricas.

2. Os economistas definem curto prazo como sendo o período de tempo em que pelo menos um dos fatores de produção é fixo. Na análise econômica dos custos de produção, no curto prazo,

- (A) o valor do custo médio é mínimo quando for igual ao valor do custo marginal.
- (B) os custos fixos médios são constantes.
- (C) os custos variáveis médios são constantes.
- (D) o valor do custo marginal é mínimo quando for igual ao valor do custo médio.
- (E) a diferença entre o valor do custo médio e do custo variável médio é sempre igual, qualquer que seja o nível de produção.

3. Na teoria microeconômica convencional, o equilíbrio de uma empresa em qualquer tipo de mercado é alcançado quando

- (A) o preço de mercado for igual ao custo médio de produção.
- (B) a receita marginal for igual ao custo marginal.
- (C) o preço de mercado do produto for igual ao custo marginal.
- (D) a receita média das vendas for igual ao custo médio de produção.
- (E) o preço de mercado for superior ao custo marginal.

4. É característica do monopólio natural

- (A) o controle estratégico do recurso natural necessário à fabricação do produto.
- (B) a autorização legal concedida pelo governo para exploração de um recurso natural por uma única empresa.
- (C) a propriedade de uma patente que impeça as outras empresas de fabricar o produto.
- (D) a existência de economias de escala significativas no longo prazo.
- (E) a existência de discriminação de preços de terceiro grau.

5. Considere as proposições, a seguir, relativas ao processo de desestatização ocorrido na economia brasileira nos anos 90:

- I. A desvalorização cambial promovida pelo Governo no início de 1999 veio dar um novo impulso ao processo de privatização das empresas estatais dos setores de siderurgia e da indústria química.
- II. A fase de privatização, na primeira metade da década de 1990, privilegiou o setor de serviços públicos, com destaque para os setores de telecomunicações e de energia elétrica.
- III. O processo de privatização teve entre seus objetivos o de utilizar os recursos das vendas das estatais para reduzir o estoque da dívida pública e torná-lo menos sensível às variações das taxas de juros.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

**REGULAÇÃO**

6. Tendo em vista as modalidades de extinção do contrato de concessão para a prestação de serviços públicos, ocorre a encampação quando há

- (A) rescisão unilateral do contrato de concessão por motivo de interesse público.
- (B) rescisão por inadimplemento contratual.
- (C) desinteresse da concessionária em prosseguir na execução do serviço.
- (D) previsão para a extinção do contrato após decorrido o prazo estabelecido.
- (E) perda do objeto relacionado à prestação do serviço.

<p>7. A legislação vigente prevê algumas hipóteses em que o concessionário pode, licitamente, paralisar ou interromper a execução do serviço. Dentre essas hipóteses incluem-se</p> <p>(A) razões de ordem técnica ou segurança das instalações e imposição de prazos rigorosos ao contratado.</p> <p>(B) inadimplemento do usuário e razões de ordem técnica ou segurança das instalações.</p> <p>(C) inadimplemento do usuário e aplicabilidade da <i>exceptio non adimplemanti contractus</i> contra a Administração por descumprimento de normas contratuais.</p> <p>(D) desinteresse da concessionária em continuar a prestar o serviço e razões de ordem técnica ou segurança das instalações.</p> <p>(E) ausência de fiscalização pelo poder concedente e inadimplemento do usuário.</p>	<p>10. São agências previstas especificamente como órgãos reguladores pela Constituição Federal de 1988:</p> <p>(A) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Agência Nacional de Águas (ANA).</p> <p>(B) Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Agência Nacional de Petróleo (ANP).</p> <p>(C) Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e Agência Nacional de Petróleo (ANP).</p> <p>(D) Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).</p> <p>(E) Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Agência Nacional de Transporte Aquaviários (ANTAQ).</p>
<p>8. São princípios inerentes ao regime jurídico de concessões dos serviços públicos:</p> <p>(A) qualidade e irregularidade.</p> <p>(B) cortesia e pontualidade.</p> <p>(C) faculdade de prestação e neutralidade.</p> <p>(D) insegurança e gratuidade.</p> <p>(E) modicidade nas tarifas e universalidade.</p>	<p>11. O Projeto de Lei que dispõe sobre a organização e o controle social das agências reguladoras estabelece, no que toca à interação entre as agências reguladoras e os órgãos de defesa da concorrência, que</p> <p>(A) as agências, no exercício de suas atribuições, quando tomarem conhecimento de fato que possa configurar infração à ordem econômica, deverão comunicar aos órgãos de defesa da concorrência para as providências cabíveis.</p> <p>(B) a instrução de processos administrativos para posterior envio às agências para julgamento cabe ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).</p> <p>(C) os órgãos de defesa da concorrência na análise de atos de concentração não poderão solicitar pareceres técnicos às agências.</p> <p>(D) os órgãos de defesa da concorrência devem fiscalizar as práticas de mercado para auxiliar as agências na observância do cumprimento da legislação de defesa da concorrência.</p> <p>(E) a decisão final a respeito de atos de concentração e condutas anticoncorrenciais cabe à agência.</p>
<p>9. Antes da edição da Constituição Federal e das agências reguladoras que foram criadas após 1988, já existiam entes estatais com funções reguladoras, dentre os quais inclui-se o</p> <p>(A) Departamento Nacional do Açúcar.</p> <p>(B) Instituto Nacional do Café.</p> <p>(C) Instituto do Café e Álcool.</p> <p>(D) Departamento Nacional de Energia Elétrica.</p> <p>(E) Departamento Nacional do Petróleo.</p>	<p>12. Dentre as características que denotam as atividades das agências reguladoras, enquanto autarquias de regime especial, inclui-se a</p> <p>(A) personalidade jurídica de direito privado.</p> <p>(B) instabilidade dos mandatos de seus dirigentes.</p> <p>(C) dependência financeira.</p> <p>(D) autonomia em relação à Administração Direta.</p> <p>(E) dependência patrimonial.</p>

<p>13. A existência de agências reguladoras relaciona-se</p> <p>(A) à fiscalização ou à regulamentação de determinado setor da economia ou em especial de atividades que envolvam utilidades públicas.</p> <p>(B) à regulação de uma atividade de relevância privada.</p> <p>(C) à crescente desnecessidade de especialização funcional e capacitação técnica para o exercício da atividade regulatória.</p> <p>(D) a um novo estágio da regulação estatal marcado pela identidade entre o prestador do serviço essencial e o ente encarregado de regulá-lo.</p> <p>(E) à política de centralização por parte do poder público no sentido de designar parcela significativa da regulação a órgãos reguladores.</p>	<p>16. Ao receber denúncia sobre irregularidades no setor econômico regulado, o agente regulador, nos limites de sua esfera de competências, deve decidir se averigua ou não tal fato. Essa decisão possui natureza de ato administrativo</p> <p>(A) misto, ora vinculado e ora discricionário, a depender da situação de fato que se apresente perante o agente regulador.</p> <p>(B) discricionário, sujeito ao juízo de conveniência e oportunidade, visando a um maior atendimento ao interesse público.</p> <p>(C) vinculado e inafastável ao agente regulador.</p> <p>(D) vinculado, com necessidade imediata de autuação diante de denúncia apresentada.</p> <p>(E) discricionário, com necessidade de autuação diante de denúncia apresentada.</p>
<p>14. Ao normatizar, a agência reguladora</p> <p>(A) cria, extingue ou modifica direitos dos administrados, a bem do pleno atendimento ao interesse público.</p> <p>(B) torna exigível disposições legais já existentes visando ao pleno atendimento ao interesse público.</p> <p>(C) estende os mandamentos legais visando completá-los para o pleno atendimento do interesse público.</p> <p>(D) cria apenas normas gerais que conferem concretização às diretrizes gerais contidas na legislação aplicável.</p> <p>(E) cria tanto normas gerais quanto individuais que conferem concretização às diretrizes gerais contidas na legislação aplicável.</p>	<p>17. A mediação e a análise econômico-tarifária, a cargo do regulador, consistem, respectivamente, em</p> <p>(A) prever os problemas do setor e calibrar as tarifas, visando a uma melhor remuneração ao agente econômico regulado.</p> <p>(B) intermediar os interesses entre o Estado, os consumidores e os agentes econômicos regulados, conferindo preferência ao interesse dos primeiros em detrimento dos últimos; e fazer a revisão tarifária a pedido do agente econômico regulado.</p> <p>(C) intermediar os interesses entre o Estado, os consumidores e os agentes econômicos regulados, conferindo preferência aos interesses do primeiro, em detrimento dos últimos; e fazer a revisão tarifária a pedido do consumidor.</p> <p>(D) ouvir e desvendar os interesses dos participantes do setor regulado (consumidores, agentes regulados e Estado) visando a criar ou viabilizar a criação de opções para que eles próprios possam encontrar soluções satisfatórias aos conflitos existentes e avaliar os preços públicos cobrados para a realização da atividade econômica regulada à luz da cláusula <i>rebus sic stantibus</i> e da menor onerosidade aos consumidores.</p> <p>(E) ouvir e desvendar os interesses dos participantes do setor regulado (consumidores, agentes regulados e Estado) visando a criar ou viabilizar a criação de opções para que eles próprios possam encontrar soluções satisfatórias aos conflitos existentes e avaliar os preços públicos cobrados para a realização da atividade econômica regulada à luz da cláusula <i>pacta sunt servanda</i> e da menor onerosidade aos consumidores.</p>
<p>15. Ao regular o setor a que foi destinada, a agência reguladora tem por finalidade</p> <p>(A) limitar preços, dividir os clientes e fornecedores por região geográfica.</p> <p>(B) sanear (neutralizar), ou buscar sanear (neutralizar) as falhas regulatórias do setor em que atua, visando a consecução de maior eficiência.</p> <p>(C) controlar apenas os preços, fixando uma tabela para preços máximos, em atenção ao pleno atendimento dos interesses dos consumidores e do governo.</p> <p>(D) limitar as novas outorgas visando ao máximo aproveitamento do mercado pelos agentes que já nele atuam.</p> <p>(E) aplicar a política regulatória local em atenção ao plano de metas estabelecido pelo governo, priorizando os interesses privados e individuais.</p>	

<p>18. A independência funcional de uma agência reguladora caracteriza-se por</p> <p>(A) atuar de forma independente, sem ter que se reportar a outros órgãos e poderes, pois suas atribuições e rol de competências já estão devidamente explicitados em lei.</p> <p>(B) possuir quadro de diretores sem mandatos fixos e quadro de funcionários com plano de carreira, permitindo a possibilidade de mobilidade <i>ad nutum</i> dos funcionários a bem do interesse público.</p> <p>(C) atuar de forma independente, sem ter que se reportar ao poder executivo, exceto ao Presidente da República, no caso de agências reguladoras federais, e ao Governador de Estado, no caso de agências reguladoras estaduais.</p> <p>(D) atuar de forma independente, sem ter que se reportar ao poder executivo, exceto ao Presidente da República e seu Ministro de Estado responsável pelo setor da economia regulado pela agência, no caso de agências reguladoras federais, ou ao Governador de Estado e seu Secretário de Estado responsável pelo setor da economia regulado pela agência, no caso de agências reguladoras estaduais.</p> <p>(E) possuir quadro de diretores com mandatos fixos e quadro de funcionários com plano de carreira, afastando-se a possibilidade de mobilidade <i>ad nutum</i> a bem do interesse público.</p>	<p>20. A autonomia de uma agência reguladora consiste em</p> <p>(A) selecionar os fatos que deseja apurar para regular, fiscalizar e mediar a bem do pleno atendimento ao interesse público.</p> <p>(B) atuar de forma independente de política de Governo e em atenção à política de Estado, nos limites da competência que lhe são legalmente outorgadas.</p> <p>(C) atuar de forma independente de política de Estado e em atenção à política de Governo, nos limites da competência que lhe são legalmente outorgadas.</p> <p>(D) distanciar suas ações da política do Estado e atuar exclusivamente em parceria com os Municípios, em atenção aos ditames legais e constitucionais que lhes são diretamente outorgados.</p> <p>(E) atuar de forma independente de quaisquer políticas, precavendo-se de cobranças elevadas de tributos e parcialidade na prestação de serviços.</p>
<p>19. A independência financeira do regulador consiste em</p> <p>(A) gerar e gerir os recursos próprios à atividade de regulação que se desenvolve, por exemplo, com a utilização dos montantes pagos a título de multas por infrações cometidas por agentes regulados.</p> <p>(B) gerir apenas os recursos próprios à atividade de regulação que desenvolve, por exemplo, com a utilização dos montantes pagos a título de multas por infrações cometidas por agentes regulados.</p> <p>(C) gerir os recursos provenientes das dotações orçamentárias pertinentes (estaduais, no caso de agências estaduais, e federais, no caso de agências federais) de modo a implementar os comandos legais e infra-legais visando a concretizar as atividades de agente regulador.</p> <p>(D) administrar a destinação das verbas salariais e demais verbas como, por exemplo, os fundos de todos os funcionários da agência, visando a preservação do capital.</p> <p>(E) implementar atividades econômicas que possam ampliar os recursos oriundos de verbas arrecadadas de entes reguladores autônomos ou de grupos econômicos de vários mercados mundiais.</p>	<p style="text-align: center;"><b>SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR</b></p> <p>21. Dentre os princípios do Código de Defesa do Consumidor, segundo seu artigo 4º, além da vulnerabilidade do consumidor e da racionalização e melhoria dos serviços públicos, estão a</p> <p>(A) transparência e a inversão do ônus da prova.</p> <p>(B) manutenção da assistência jurídica integral e gratuita e a inversão do ônus da prova.</p> <p>(C) inversão do ônus da prova e o equilíbrio nas relações de consumo.</p> <p>(D) harmonia e equilíbrio nas relações de consumo.</p> <p>(E) manutenção da assistência jurídica integral e gratuita e o equilíbrio nas relações de consumo.</p> <p>22. Tratando-se de vício oculto de um bem durável, com relação à decadência, o consumidor</p> <p>(A) não pode mais reclamar, pois seu direito caduca após 30 dias da aquisição.</p> <p>(B) pode reclamar no prazo de até 90 dias a partir do momento em que ficar evidenciado o vício.</p> <p>(C) pode reclamar no prazo de até 5 anos a partir do momento em que ficar evidenciado o vício.</p> <p>(D) pode reclamar no prazo de até 30 dias a partir do momento em que ficar evidenciado o vício.</p> <p>(E) não pode mais reclamar, pois seu direito caducou após 90 dias da aquisição.</p>

<p>23. Ocorre uma suspensão abrupta de energia elétrica, por defeito em parte da rede prestadora. Em decorrência dessa suspensão, um consumidor, que teve alguns de seus utensílios domésticos inutilizados, reclamou à prestadora no vigésimo dia após o fato. A operadora não responde à reclamação. Neste caso, considerando exclusivamente as diretrizes do Código de Defesa do Consumidor em relação a acidente de consumo, este consumidor</p> <p>(A) não poderá reclamar seus direitos, se o prazo máximo de 90 dias for ultrapassado sem resposta da prestadora.</p> <p>(B) não poderá mais reclamar seus direitos, se o prazo máximo de 12 meses for ultrapassado sem resposta da prestadora.</p> <p>(C) poderá reclamar seus direitos por até 90 dias e, caso nesse período a prestadora não se manifestar, estará caracterizado seu direito a obter ressarcimento dos prejuízos.</p> <p>(D) poderá continuar reclamando seus direitos por prazo indeterminado, até que a prestadora possa lhe ressarcir os prejuízos.</p> <p>(E) poderá reclamar seus direitos no prazo de 5 anos, a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.</p>	<p>25. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, a garantia legal</p> <p>(A) e a contratual são opcionais e não se somam.</p> <p>(B) é compulsória; a contratual é opcional e não se somam.</p> <p>(C) é compulsória e a contratual é opcional e se somam.</p> <p>(D) e a contratual são compulsórias e não se somam.</p> <p>(E) e a contratual são compulsórias e se somam.</p>
<p>24. A operadora de telefonia fixa local resolve apresentar aos consumidores um novo serviço adicional de conversa simultânea com três pessoas. Para isso, incorpora o serviço às linhas de determinado bairro, comunicando aos consumidores essa alternativa de conversa, como uma novidade. Não solicita autorização dos consumidores e não menciona que após o primeiro mês, o serviço passará a ser cobrado inclusive retroativamente ao primeiro período de utilização. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, os usuários</p> <p>(A) não são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço disponibilizado, pois trata-se de amostra grátis.</p> <p>(B) não são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço no primeiro mês, mas deverão pagar obrigatoriamente a partir do segundo mês.</p> <p>(C) são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço a partir do segundo mês e retroativamente ao primeiro.</p> <p>(D) são obrigados a arcar com a cobrança pela disponibilização de pelo menos um dos meses em que o serviço foi prestado.</p> <p>(E) são obrigados a pagar de acordo com os meses de efetiva utilização do serviço disponibilizado.</p>	<p>26. O direito de arrependimento aplica-se a produtos comprados ou serviços contratados no prazo de</p> <p>(A) 30 dias, em estabelecimento comercial.</p> <p>(B) 30 dias, fora do estabelecimento comercial.</p> <p>(C) 15 dias, em estabelecimento comercial.</p> <p>(D) 7 dias, fora do estabelecimento comercial.</p> <p>(E) 7 dias, fora ou em estabelecimento comercial.</p>
<p>24. A operadora de telefonia fixa local resolve apresentar aos consumidores um novo serviço adicional de conversa simultânea com três pessoas. Para isso, incorpora o serviço às linhas de determinado bairro, comunicando aos consumidores essa alternativa de conversa, como uma novidade. Não solicita autorização dos consumidores e não menciona que após o primeiro mês, o serviço passará a ser cobrado inclusive retroativamente ao primeiro período de utilização. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, os usuários</p> <p>(A) não são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço disponibilizado, pois trata-se de amostra grátis.</p> <p>(B) não são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço no primeiro mês, mas deverão pagar obrigatoriamente a partir do segundo mês.</p> <p>(C) são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço a partir do segundo mês e retroativamente ao primeiro.</p> <p>(D) são obrigados a arcar com a cobrança pela disponibilização de pelo menos um dos meses em que o serviço foi prestado.</p> <p>(E) são obrigados a pagar de acordo com os meses de efetiva utilização do serviço disponibilizado.</p>	<p>27. A Lei nº 8.078/90 entende como consumidor</p> <p>I. Toda pessoa física ou jurídica que adquira ou utiliza produtos ou serviço como destinatário final.</p> <p>II. A coletividade de pessoas ainda que indetermináveis que haja intervindo nas relações de consumo.</p> <p>III. Todas as vítimas de um acidente de consumo.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p> <p>28. Um consumidor quer contratar serviço de transferência de chamadas com sua operadora de telefonia fixa. Ao solicitar a contratação, é informado pelo atendente que só poderá usufruir deste serviço se adquirir também o serviço de identificação de chamada. Esta prática comercial adotada pela empresa é</p> <p>(A) abusiva e configura-se venda casada.</p> <p>(B) abusiva e configura-se limitação quantitativa para fornecimento do serviço.</p> <p>(C) abusiva, se o consumidor não soubesse da condição de fornecimento do serviço.</p> <p>(D) legal, pois o consumidor foi informado a respeito da condição de fornecimento do serviço.</p> <p>(E) legal, independentemente da ciência prévia do consumidor a respeito da condição do serviço.</p>

**LEGISLAÇÃO**

29. Considerando o tratamento dispensado pela Constituição brasileira de 1988 aos bens públicos, é INCORRETO afirmar que

- (A) o domínio de ilhas fluviais e lacustres é atribuído à União ou aos Estados, consoante critério distintivo adotado pela Constituição, porém não aos Municípios.
- (B) se incluem entre os bens da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras e à preservação ambiental, estas assim definidas em lei.
- (C) a faixa de fronteira, de titularidade da União e definida em lei, é considerada fundamental para a defesa do território nacional.
- (D) embora se reservem bens para União e Estados, as respectivas relações de bens contempladas na Constituição não são exaustivas.
- (E) os potenciais de energia hidráulica são bens da União, à qual compete explorar o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde estão situados tais potenciais.

30. Considere as seguintes afirmações sobre o regime legal da concessão e permissão de serviços públicos:

- I. Não ofende o princípio da continuidade na prestação de serviços públicos a sua interrupção, mediante prévio aviso, por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.
- II. É incompatível com a política tarifária estabelecida em lei a diferenciação de tarifas em função dos custos provenientes do atendimento a distintos segmentos de usuários, uma vez que a modicidade de tarifas é condição para prestação de serviço adequado.
- III. No caso de descumprimento de normas contratuais pelo poder concedente, o contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, mediante ação judicial e aviso prévio quanto à interrupção ou paralisação dos serviços por ela prestados, o mesmo sendo aplicável aos contratos de permissão.
- IV. O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas relativas ou decorrentes do contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil, nos termos da legislação pertinente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

31. Com vistas à aquisição de grande quantidade de papel sulfite branco, tamanho A4, de densidade 75 g/m<sup>2</sup>, um órgão da Administração direta federal faz publicar em veículo oficial e em jornais locais de grande circulação um aviso de licitação na modalidade pregão, indicando objeto da licitação, assim como o local físico e endereço eletrônico em que está disponível o edital para consulta pelos interessados, no qual se fixa em 10 dias úteis o prazo para apresentação das propostas. Na data fixada, entregues os envelopes pertinentes pelos 5 participantes presentes, a equipe de apoio ao pregoeiro procedeu à análise dos documentos de habilitação dos participantes, dos quais 2 restaram inabilitados. Prosseguindo o certame com as demais empresas presentes, foram analisadas propostas quanto ao preço e concluída a etapa competitiva, tendo o pregoeiro declarado o vencedor. Não havendo os demais participantes manifestado intenção de recorrer, foi o objeto da licitação adjudicado ao vencedor pelo pregoeiro, seguindo-se a homologação da licitação pela autoridade competente e a respectiva lavratura de contrato. Nesse caso,

- (A) o procedimento adotado foi ilegal, uma vez que não se admite a modalidade licitatória do pregão para a aquisição pretendida pelo órgão da Administração.
- (B) a publicação do aviso de licitação não observou os requisitos estabelecidos em lei, o que, no entanto, não tem o condão de macular o procedimento, uma vez que o edital estava disponível para os interessados em meios físico e eletrônico.
- (C) houve inversão de etapas na fase externa do certame, pois, no pregão, diferentemente do que ocorre na concorrência ou na tomada de preços, a análise das propostas antecede a habilitação dos participantes.
- (D) o prazo fixado pelo edital foi inferior ao exigido em lei, devendo ser anulado o procedimento, com republicação do edital, assinalando-se novo prazo para realização da fase externa do certame.
- (E) o pregoeiro incorreu em erro, ao adjudicar o objeto da licitação ao participante declarado vencedor, antes da homologação do procedimento pela autoridade competente, o que torna nulos os atos subsequentes, inclusive o contrato.

32. No exercício de suas competências de fiscalização de atos de despesa e contratos, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará depara-se com ilegalidade em contrato celebrado por ente da Administração indireta estadual, cientificando-o para que adote as medidas necessárias ao saneamento da ilegalidade, num prazo de 30 dias. Decorrido o prazo sem que quaisquer medidas fossem tomadas, o Tribunal de Contas determina a sustação da execução do contrato, comunicando sua decisão à Assembléia Legislativa, além de aplicar ao ente da Administração multa proporcional ao dano causado ao erário estadual, em decorrência da ilegalidade apurada. Nessa hipótese, o procedimento adotado foi equivocado, pois a Constituição estadual prevê que

- (A) o Tribunal de Contas não possui competência para aplicar sanções, uma vez que não integra a estrutura do Poder Judiciário.
- (B) é da Assembléia Legislativa, e não do Tribunal de Contas, a competência para assinalar prazos à Administração quanto a ilegalidades em seus atos e contratos.
- (C) a fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas restringe-se a atos e contratos de órgãos da Administração direta estadual.
- (D) o titular da função de fiscalização é a Assembléia Legislativa, não competindo ao Tribunal de Contas tomar quaisquer decisões em casos como esse.
- (E) o Tribunal de Contas não possui competência para a sustação da execução de contratos celebrados por órgãos e entes da Administração.

<p>33. Relativamente à participação popular no exercício do poder, é INCORRETO afirmar que a Constituição do Estado do Ceará</p> <p>(A) prevê a possibilidade de qualquer cidadão denunciar irregularidades ou ilegalidades ao Tribunal de Contas do Estado, ficando a autoridade que receber a denúncia obrigada a manifestar-se sobre a matéria.</p> <p>(B) atribui ao cidadão legitimidade para postular, perante os órgãos públicos estaduais, a apuração de responsabilidade, em caso de dano ao meio ambiente, conforme disposto em lei.</p> <p>(C) estabelece que todos os órgãos públicos estaduais são acessíveis ao indivíduo, por meio de petição ou representação, na defesa de direito ou em salvaguarda cívica do interesse coletivo.</p> <p>(D) prevê que a iniciativa popular será exercida pela apresentação de projeto de lei, subscrito por um por cento de eleitorado estadual, projeto este que tramitará em regime de prioridade, para suprir eventual omissão legislativa.</p> <p>(E) aponta, expressamente, como mecanismos de participação popular no exercício do poder, a eleição para provimento de cargos representativos, o plebiscito e o referendo.</p>	<p>35. Nos termos da Constituição da República, o servidor público da administração direta, autárquica ou fundacional que for investido no mandato de Prefeito</p> <p>(A) será afastado do emprego, cargo ou função, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.</p> <p>(B) perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, havendo compatibilidade de horários.</p> <p>(C) será exonerado de seu cargo, emprego ou função, não havendo compatibilidade de horários.</p> <p>(D) terá, para todos os efeitos legais, computado o seu tempo de serviço, inclusive para fins de promoção por antiguidade ou merecimento.</p> <p>(E) perderá estabilidade, na hipótese de já a ter adquirido, ou será demitido a bem do serviço público, caso ainda esteja em estágio probatório.</p>
<p>34. Tendo decorrido metade do mandato dos membros do Conselho Diretor da ARCE, o Governador do Estado exonera um dos Conselheiros, após processo conduzido por Procurador do Estado designado, em que se garantiu ampla defesa ao Conselheiro sob investigação, diante da constatação de que sua permanência no cargo poderia afetar a independência da Agência. Assim, em ato contínuo, é nomeado pelo Governador um brasileiro naturalizado, com notório saber técnico no setor de energia elétrica, para exercer interinamente o cargo de Conselheiro, até o término do mandato iniciado por seu antecessor. Nessa hipótese, é equivocada a nomeação do novo Conselheiro, pois</p> <p>(A) não se admite a exoneração de membro do Conselho Diretor da ARCE, antes do término do mandato, por ato do Governador, como garantia da independência da Agência no exercício de sua função de ente regulador.</p> <p>(B) a nomeação deveria dar-se em caráter definitivo, sendo válida até o termo final do mandato e sujeitando-se às condições para indicação, nomeação e aprovação regulares, previstas na lei.</p> <p>(C) são condições simultâneas para a nomeação de membros do Conselho Diretor da ARCE que se trate de brasileiro, nato ou naturalizado, com notável saber jurídico, econômico ou administrativo, quesito este não preenchido no caso.</p> <p>(D) somente se admite a substituição de membro do Conselho Diretor da ARCE na hipótese de vacância do cargo decorrente de exercício de atividade político-partidária incompatível com as atribuições de Conselheiro.</p> <p>(E) o processo de apuração da falta imputada ao Conselheiro deveria ser conduzido pessoalmente pelo Procurador-Geral do Estado, regra esta cuja inobservância acarreta a nulidade da exoneração do Conselheiro e, subseqüentemente, da vacância e do novo preenchimento do cargo.</p>	<p>36. Considere as seguintes afirmações sobre as competências legais da ARCE:</p> <p>I. Embora seja atribuição básica da ARCE o atendimento ao usuário, compreendendo o recebimento e processamento de reclamações relacionadas com a prestação de serviços públicos delegados, não lhe compete reprimir eventuais infrações aos direitos dos usuários, competência esta específica do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.</p> <p>II. Compete à ARCE estabelecer tarifas ou parâmetros tarifários que reflitam o mercado e os custos reais, de padrão, de modo a, concomitantemente, incentivar os investimentos privados e propiciar a razoabilidade e modicidade das tarifas aos usuários.</p> <p>III. No exercício de suas atribuições de fiscalização de contratos de concessão e termos de permissão de serviços públicos, é permitido à ARCE aplicar sanções, como a suspensão temporária de participação em licitações, intervenção administrativa e até mesmo a extinção da concessão ou permissão.</p> <p>IV. O rol de competências legais da ARCE é exaustivo, não se admitindo a prática por esta de atos outros, ainda que relacionados com sua finalidade, sem a expressa previsão legal.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>



**LÍNGUA INGLESA**

**Instruções:** Considere o texto a seguir para responder às questões de números 37 a 44.

*After nearly a decade of trying, Wal-Mart never cracked the country – failing to become the all-in-one shopping destination for Germans that it is for so many millions of Americans. Wal-Mart's problems are not limited to Germany. The retail giant has struggled in countries like South Korea and Japan as it discovered that its formula for success – low prices, zealous inventory control and a large array of merchandise – did not translate to markets with their own discount chains and shoppers with different habits.*

*Some of Wal-Mart's problems stem from being a uniquely powerful American enterprise trying to impose its values around the world. At Wal-Mart's headquarters in Bentonville, Ark., however, the message from these missteps is now registering loud and clear.*

*Among other things, Wal-Mart now cares (37) whether its foreign stores carry the name derived from its founder, Sam Walton, as the German Wal-Marts do. Seventy percent of Wal-Mart's international sales come from outlets with names like Asda in Britain, Seiyu in Japan or Bompreço in Brazil. Far from being chastened by its setbacks, Wal-Mart is forging ahead with an aggressive program of foreign acquisitions. In a single week last fall, Wal-Mart completed the purchase of the Sonae chain in Brazil, bought a controlling stake in Seiyu of Japan, and became a partner in the Carcho chain in Central America.*

*Starting from scratch 14 years ago, Wal-Mart International [TO GROW] into a \$63 billion business. It is the fastest-growing part of Wal-Mart, with nearly 30 percent sales growth in June, compared with the same month last year. Even subtracting one-time gains from acquisitions, it grew at nearly 12 percent, about double the rate of Wal-Mart's American stores.*

*Sustaining that pace is critical for Wal-Mart, because high fuel prices have helped sap the buying power of Americans. In June, store traffic in its home market declined. Wal-Mart estimated that its sales in the United States in stores open at least one year would increase only 1 percent to 3 percent in July.*

*Another problem that has afflicted Wal-Mart in several countries is its inability to compete with established discounters. The obvious lesson is to try to bulk up. In Brazil, Wal-Mart opened only 25 stores in its first decade there and struggled to compete against bigger local rivals. Then, in 2004, it bought Bompreço, giving it a presence in the country's poor, but fast-growing, northeast.*

*Wal-Mart did not change the names of the stores, which range from neighborhood grocers to large American-style hypermarkets. But with 295 stores in Brazil, Wal-Mart now ranks third in the market, after Carrefour of France and the market leader, Companhia Brasileira de Distribuição.*

(Adapted from an article by Mark Landler and Michael Barbaro published in the New York Times, August 2, 2006)

37. A palavra que preenche corretamente a lacuna é
- (A) much.
  - (B) more.
  - (C) most.
  - (D) less.
  - (E) least.

38. A forma correta de [TO GROW], no 4º parágrafo, é
- (A) has grown.
  - (B) grows.
  - (C) had grown.
  - (D) was grown.
  - (E) was growing.

39. No 1º parágrafo, a palavra country, sublinhada no texto, refere-se
- (A) aos Estados Unidos.
  - (B) à Alemanha.
  - (C) ao interior dos Estados Unidos.
  - (D) à Coreia do Sul.
  - (E) ao Japão.

40. Do trecho the message from these missteps is now registering loud and clear, no 2º parágrafo, infere-se que a Wal-Mart
- (A) vai assumir uma estratégia de expansão mais agressiva na Europa.
  - (B) está recebendo claros sinais de que sua estratégia internacional está sendo bem-sucedida.
  - (C) está se dando conta de seus erros no estrangeiro.
  - (D) está com problemas na matriz, em Bentonville, Arkansas.
  - (E) é a única empresa que tem problemas em se expandir no mundo.

41. A synonym for sap in the 5th paragraph of the text is
- (A) diminish.
  - (B) balance.
  - (C) increase.
  - (D) level.
  - (E) boost.

42. É INCORRETO afirmar que a Wal-Mart
- (A) iniciou suas operações internacionais há 14 anos.
  - (B) International movimentou 63 bilhões de dólares.
  - (C) International teve um crescimento de quase 30% nas vendas no mês de junho deste ano.
  - (D) International já está faturando o equivalente à metade da receita de suas lojas nos Estados Unidos.
  - (E) não está tendo um desempenho satisfatório no Estados Unidos.

43. Segundo o texto,
- (A) a Wal-Mart iniciou suas operações no Brasil em 2004.
  - (B) a aquisição da rede Bompreço não deu os resultados imediatos esperados.
  - (C) a Wal-Mart dá preferência à aquisição de grandes redes de supermercados, em detrimento de lojas menores.
  - (D) o sucesso da Wal-Mart no estrangeiro deve-se a seus preços competitivos em relação às redes locais.
  - (E) a expansão da Wal-Mart no Brasil já lhe garantiu o terceiro lugar no mercado.

44. The best title for the above text is
- (A) Wal-Mart is cutting down on international expansion.
  - (B) Wal-Mart finds that its formula doesn't fit every culture.
  - (C) Wal-Mart is struggling to change shopping habits overseas.
  - (D) Wal-Mart sees all-time financial loss at home.
  - (E) Wal-Mart is on its way to recover German market.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I**

45. Uma pessoa possui uma determinada importância e aplicou, hoje, por um ano: 60% desse capital a juros simples à taxa de 2,5% ao mês e, o restante, a juro simples à taxa de 2% ao mês. Para que ela obtivesse, em igual período, juro total igual à soma dos juros obtidos nessas duas aplicações, poderia optar por aplicar, hoje, todo o seu capital a juro simples, a uma taxa anual de

- (A) 28,8%
- (B) 28,0%
- (C) 27,8%
- (D) 27,6%
- (E) 27,0%

46. Duas duplicatas foram descontadas a uma mesma taxa mensal, com desconto comercial simples. A primeira, de valor nominal igual a R\$ 20.000,00, foi descontada 2 meses antes de seu vencimento, apresentando um valor atual de R\$ 18.500,00. A segunda, de valor nominal igual a R\$ 30.000,00, descontada 3 meses antes de seu vencimento, tem valor atual de

- (A) R\$ 24.125,00
- (B) R\$ 26.625,00
- (C) R\$ 27.075,00
- (D) R\$ 27.750,00
- (E) R\$ 28.500,00

47. Uma empresa pretende quitar hoje uma dívida representada por dois títulos de valores nominais iguais a R\$ 53.240,00 e R\$ 66.550,00, vencíveis após 1 ano e 3 anos, respectivamente. Utilizando o critério do desconto racional composto e taxa de juros compostos de 10% ao ano, tem-se que o valor da dívida, na data de hoje, é

- (A) R\$ 98.400,00
- (B) R\$ 99.000,00
- (C) R\$ 103.400,00
- (D) R\$ 108.240,00
- (E) R\$ 108.900,00

48. Um empréstimo no valor de R\$ 100.000,00 deverá ser quitado em 30 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira 1 mês após a data em que foi contraída a dívida. Sabe-se que será adotado o Sistema Francês de Amortização (Sistema Price) a uma taxa de juros nominal de 36% ao ano, com capitalização mensal. Considere que o Fator de Recuperação de Capital (FRC), com taxa de juros compostos de 3% ao mês, é dado por

$$FRC = \frac{(1,03)^{30} \times 0,03}{(1,03)^{30} - 1} = 0,0510$$

O saldo devedor da dívida, imediatamente após o pagamento da segunda prestação, é igual a

- (A) R\$ 106.090,00
- (B) R\$ 100.837,00
- (C) R\$ 100.243,00
- (D) R\$ 97.900,00
- (E) R\$ 95.737,00

49. Considere os projetos de financiamento A e B, representados a seguir pelos respectivos fluxos de caixa, nos quais X e Y correspondem aos desembolsos iniciais de cada projeto:

Ano	Projeto A	Projeto B
	R\$	R\$
0	- X	- Y
1	48.000,00	0,00
2	86.400,00	115.200,00

Se, em ambos os casos, a taxa interna de retorno é igual a 20% ao ano, tem-se que (X + Y) é igual a

- (A) R\$ 200.000,00
- (B) R\$ 191.200,00
- (C) R\$ 180.000,00
- (D) R\$ 175.800,00
- (E) R\$ 170.000,00

50. Na classificação funcional-programática, a despesa pública desdobra-se em

- (A) função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial.
- (B) função, subprograma, programa, projeto e atividade.
- (C) programa, categoria econômica, natureza de despesa e elemento.
- (D) órgão orçamentário, unidade orçamentária e unidade de despesa.
- (E) categoria, natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento.

51. Emendas legislativas ao orçamento podem valer-se da anulação parcial ou total de

- (A) despesas de pessoal.
- (B) encargos patronais.
- (C) gastos voltados ao serviço da dívida.
- (D) serviços de terceiros.
- (E) transferências tributárias constitucionais.

52. No estágio da liquidação da despesa governamental

- (A) a Administração efetua o devido abatimento do saldo da dotação.
- (B) o fornecedor recebe cópia da Nota de Empenho.
- (C) o fornecedor recebe o pagamento pelos materiais entregues ou serviços prestados.
- (D) o fornecedor dá total quitação à Administração.
- (E) a Administração recebe o objeto contratado, habilitando-se o fornecedor ao pagamento.

<p>53. Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, constatando-se que a insuficiente arrecadação pode inviabilizar as metas de resultado fiscal, deverá haver</p> <p>(A) limitação de empenho e de movimentação financeira, por ato de cada Poder.</p> <p>(B) urgente providência para elevação da receita.</p> <p>(C) contingenciamento de empenho, por ato exclusivo do chefe do Poder Executivo.</p> <p>(D) restrição de movimentação financeira, somente nos Poderes Executivo e Legislativo.</p> <p>(E) corte de despesas de pessoal.</p>	<p>58. A teor da Lei nº 4.320, de 1964,</p> <p>(A) a receita é contabilizada sob o regime de competência.</p> <p>(B) a despesa é orçamentariamente contabilizada quando empenhada.</p> <p>(C) a despesa submete-se ao regime de caixa.</p> <p>(D) o exercício financeiro nem sempre coincide com o ano civil.</p> <p>(E) em face do princípio da anualidade, não pode haver despesas de exercícios anteriores.</p>
<p>54. Os créditos especiais e extraordinários</p> <p>(A) destinam-se ao reforço de dotação preexistente.</p> <p>(B) vigoram somente no exercício em que são autorizados.</p> <p>(C) podem ser abertos até o limite determinado na lei orçamentária anual.</p> <p>(D) podem ser reabertos no exercício seguinte, desde que autorizados a partir do mês de setembro.</p> <p>(E) não podem, em quaisquer circunstâncias, se relacionar a despesa obrigatória de caráter continuado.</p>	<p>59. A contabilidade pública é obrigatória</p> <p>(A) na Administração direta e em empresas públicas.</p> <p>(B) em autarquias, fundações e em sociedades de economia mista.</p> <p>(C) na Administração direta e em autarquias.</p> <p>(D) em fundos especiais e em fundações regidas pelo direito privado.</p> <p>(E) em empresas públicas e em sociedades de economia mista.</p>
<p>55. Os créditos suplementares e especiais são financiados com recursos</p> <p>(A) de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária (ARO).</p> <p>(B) do <i>superávit</i> financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.</p> <p>(C) de <i>superávit</i> registrado na Demonstração das Variações Patrimoniais.</p> <p>(D) do <i>superávit</i> da execução orçamentária.</p> <p>(E) de excesso de arrecadação do exercício anterior.</p>	<p>60. Considere as afirmativas a seguir.</p> <p>I. Entidades que possuam um diretor em comum; mesmo não ocorrendo a possibilidade desse executivo ser capaz de afetar as diretrizes de ambas as entidades na possibilidade de transações entre si.</p> <p>II. Empresas que, por via direta ou indireta, respondam ao mesmo controle societário.</p> <p>III. Financiadores e companhias de utilidade pública, no curso de suas transações normais com uma entidade, ainda que essas transações possam resultar em acordos que venham a influenciar o processo decisório das empresas.</p> <p>IV. Pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da entidade, inclusive diretores.</p> <p>V. Um único concessionário, distribuidor ou agente geral, com o qual a entidade mantém um volume significativo de negócios, meramente em razão da dependência econômica.</p>
<p>56. É extra-orçamentário</p> <p>(A) a despesa de pessoal que excede os limites legais.</p> <p>(B) qualquer empréstimo autorizado após a promulgação da lei de orçamento.</p> <p>(C) o depósito realizado por fornecedor da Administração.</p> <p>(D) o gasto com serviços de terceiros.</p> <p>(E) o pagamento do serviço da dívida, quer o principal, os juros ou outros encargos.</p>	<p>De acordo com as normas do CFC, NÃO se caracterizam como partes relacionadas as situações, operações e transações entre empresas contidas APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) I, III e V.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) II, IV e V.</p> <p>(E) III, IV e V.</p>
<p>57. O demonstrativo que congrega receitas e despesas orçamentárias, mutações patrimoniais, bem como contas independentes da execução orçamentárias denomina-se</p> <p>(A) Balanço Compensado.</p> <p>(B) Balanço Orçamentário.</p> <p>(C) Balanço Financeiro.</p> <p>(D) Balanço Patrimonial.</p> <p>(E) Demonstração das Variações Patrimoniais.</p>	<p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) I, III e V.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) II, IV e V.</p> <p>(E) III, IV e V.</p>

61. No Mercado Novo,
- (A) só poderão participar empresas que possuam no máximo 10% do seu capital total em ações preferenciais.
- (B) os membros do conselho de administração terão mandato unificado de dois anos, não sendo permitida a reeleição.
- (C) participarão somente as empresas que comprovadamente possuam partes beneficiárias.
- (D) participarão as empresas que elaborem de forma facultativa suas demonstrações financeiras, em reais ou dólar, de acordo com padrões internacionais IFRS ou US-GAAP.
- (E) as empresas participantes estão obrigadas à apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa juntamente com as demais Demonstrações Financeiras.

62. O ágio resultante da operação de aquisição do controle de companhia aberta que incorpora a sua controladora, quando o fundamento econômico que lhe deu origem tiver sido a aquisição do direito de exploração, concessão ou permissão, outorgados pelo poder público, será registrado na incorporadora em conta
- (A) de resultado de exercícios futuros.
- (B) representativa dos bens que a originou.
- (C) específica do ativo imobilizado.
- (D) do ativo diferido já deduzida de sua provisão.
- (E) de reserva de capital pelo valor bruto da operação.

63. De conformidade com os procedimentos emanados pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, em relação ao tratamento contábil da reavaliação de ativos é correto afirmar que
- (A) a descontinuidade operacional de bens reavaliados implica necessidade de alteração do critério de avaliação para o registro pelo valor original.
- (B) não é possível a entidade optar por fazer a reavaliação parcial dos itens imobilizados.
- (C) a reavaliação é aplicável aos itens tangíveis e intangíveis do imobilizado.
- (D) ao optar por esse procedimento a empresa deverá mantê-lo por no mínimo cinco exercícios.
- (E) o valor da reavaliação deverá ser o montante resultante da comparação do valor bruto contábil do bem reavaliado com o valor especificado no laudo pericial.

Instruções: Para responder às questões de números 64 a 67, considere as informações abaixo e, com base nelas, indique o que solicita cada questão (valores em reais).

Nos registros contábeis da empresa Cia. Iracema Indústria e Comércio Ltda., em um determinado período, são identificados os seguintes valores:

CONTAS	R\$
Disponibilidades .....	2.000
Clientes .....	68.000
Estoque Matéria-Prima (I) .....	140.000
Estoque Materiais Componentes (I) .....	80.000
Estoque de Produtos em Elaboração (I) .....	60.000
Imobilizado (II) .....	220.000
Fornecedores .....	100.000
Contas a Pagar .....	90.000
Salários a Pagar .....	5.000
Empréstimos a Pagar de Longo Prazo .....	140.000
Capital Social .....	400.000
Reservas .....	5.000
Lucros Acumulados .....	95.000
Gastos com Pessoal (III) .....	200.000
Depreciações (IV) .....	20.000
Gastos Gerais (V) .....	40.000
Gastos Financeiros .....	5.000

A empresa fabrica e vende um único produto. Sobre os valores evidenciados anteriormente foram levantadas as seguintes informações:

- I. Ao final do período, o almoxarifado identifica estoques de produtos em elaboração, no valor de R\$ 10.000 e de matérias-primas no valor de R\$ 13.000. A produção acabada foi de 1.000 unidades.
- II. Do valor total registrado nesta conta, R\$ 200.000 correspondem ao imobilizado utilizado na produção.
- III. Do total, 25% foram identificados como gastos de pessoal administrativo e o restante a custos fixos de mão-de-obra.
- IV. Desta conta, R\$ 15.000 correspondem a gastos fixos referentes a depreciações do imobilizado de produção.
- V. Do total, 70% representam custos variáveis indiretos de produção.
64. Se, no período, a empresa produziu as 1.000 unidades e não conseguiu colocá-las no mercado, para elaborar o balanço final, aplicando as Normas Brasileiras de Contabilidade, deverá efetuar um lançamento na Conta Lucros/Prejuízos Acumulados de:
- (A) crédito no valor de R\$ 95.000
- (B) débito no valor de R\$ 72.000
- (C) crédito no valor de R\$ 70.000
- (D) débito no valor de R\$ 32.000
- (E) crédito no valor de R\$ 23.000

<p>65. O custo total da produção apurado pelo custeio por absorção é</p> <p>(A) R\$ 235.000,00                  (B) R\$ 290.000,00                  (C) R\$ 385.000,00                  (D) R\$ 400.000,00                  (E) R\$ 405.000,00</p>	<p>70. O prazo médio de pagamento de compras é</p> <p>(A) 130 dias.                  (B) 135 dias.                  (C) 235 dias.                  (D) 300 dias.                  (E) 365 dias.</p>
<p>66. Se a empresa produz 1.000 unidades e consegue vender 80% da sua produção ao preço unitário de R\$ 500,00 o resultado bruto apurado seria um</p> <p>(A) prejuízo de R\$ 50.000,00                  (B) lucro de R\$ 48.650,00                  (C) prejuízo de R\$ 45.520,00                  (D) lucro de R\$ 40.000,00                  (E) prejuízo de R\$ 38.500,00</p>	<p>71. Ao realizar auditoria em uma indústria de mineração, o auditor independente deparou-se com um laudo de avaliação, elaborado por engenheiro, funcionário da empresa, especialista na área e plenamente habilitado, determinando a vida útil em 100 anos, de uma Mina de Bauxita. Nesse caso, o auditor deve</p> <p>(A) aceitar o laudo apresentado, em quaisquer circunstâncias visto que foi elaborado por profissional especialista plenamente habilitado e responsável pelas informações prestadas, inclusive respondendo judicialmente junto a seu órgão fiscalizador.                  (B) utilizar sempre profissional independente, com a mesma competência, para avaliar o laudo, visto que o fato de o especialista ser funcionário da empresa já evidencia a dependência e invalida o laudo.                  (C) limitar seus trabalhos, se eximindo da responsabilidade sobre a área ou demonstrações afetadas pelo laudo, mencionando no parecer a limitação de escopo.                  (D) validar as informações, somente mediante utilização de especialista devidamente contratado como funcionário da firma de auditoria sobre o qual deverá haver supervisão pelo auditor responsável.                  (E) discutir com a administração da empresa e avaliar a necessidade de buscar evidências junto a outros especialistas de sua confiança, sempre que tiver dúvidas quanto a competência profissional ou objetividade do especialista.</p>
<p>67. Para uma produção de 1.000 unidades, o custo unitário da produção acabada se a empresa utilizar o custeio direto é</p> <p>(A) R\$ 450,00                  (B) R\$ 400,00                  (C) R\$ 395,00                  (D) R\$ 290,00                  (E) R\$ 285,00</p>	<p>72. O sistema contábil e de controles internos da empresa Terceirizado S.A., desenvolvido pela firma de auditoria Faztudo Ltda. é de responsabilidade da</p> <p>(A) auditoria interna da empresa.                  (B) auditoria externa Faztudo.                  (C) firma responsável pela auditoria das demonstrações contábeis.                  (D) administração da empresa.                  (E) auditoria externa da contratada para criar os controles internos e da responsável pela auditoria das demonstrações contábeis.</p>
<p>68. Considerando que a empresa Líquida S.A. apresentou os seguintes dados parciais em 2005:</p> <p>Ativo Total ..... R\$ 1.500.000,00                  Capital de Terceiros ..... R\$ 800.000,00                  Ativo Permanente ..... R\$ 500.000,00</p> <p>É correto afirmar que</p> <p>(A) o índice de liquidez corrente é de 0,85.                  (B) o índice de imobilizações é de 0,90.                  (C) o índice de liquidez geral é de 1,25.                  (D) o grau de endividamento é de 80%.                  (E) a rentabilidade no período é de 5,5 %.</p>	<p>73. Ao realizar auditoria em empresa comercial, o auditor externo percebe que o sistema de custeio da empresa não garante a apropriação dos custos nos estoques e a sua transferência para resultado adequadamente, nem controla a quantidade física destes bens. Estando com o tempo limitado, um dos procedimentos mais eficientes para confirmação da quantidade física representativa dos estoques constantes no balanço auditado seria:</p> <p>(A) realizar inventário físico no final do período para confirmação das quantidades.                  (B) realizar o procedimento da circularização junto a fornecedores para confirmar as quantidades fornecidas.                  (C) somar o valor do estoque inicial, mais as compras, menos as devoluções de compras e menos o estoque final, obtendo a quantidade.                  (D) proceder o custeio para a empresa de forma a apresentar o valor e a quantidade a ser considerada nas demonstrações contábeis.                  (E) somar todas as quantidades das notas fiscais de compras de mercadorias e subtrair todas as quantidades de mercadorias das notas fiscais de vendas.</p>
<p><b>Instruções:</b> Para responder às questões de números 69 e 70, considere as informações abaixo e, com base nelas, indique o que solicita cada questão (valores em reais).</p> <p>A Empresa Real apresentou no ano de 2005 os seguintes dados relativos a suas Compras e Vendas:</p> <p>Vendas ..... 38.000.000,00                  Estoques ..... 14.500.000,00                  C.M.V. .... 29.000.000,00                  Duplicatas a Receber ..... 8.500.000,00                  Compras ..... 21.200.000,00                  Fornecedores ..... 7.950.000,00                  Títulos a Pagar ..... 1.000.000,00</p> <p>69. O prazo médio de renovação dos estoques é</p> <p>(A) 180 dias.                  (B) 182 dias.                  (C) 265 dias.                  (D) 360 dias.                  (E) 365 dias.</p>	

<p>74. Com relação à Perícia Contábil Judicial, é correto afirmar que</p> <p>(A) o perito, uma vez nomeado pelo juiz, não poderá recusar a perícia, tendo que assumir todas as responsabilidades pelo trabalho.</p> <p>(B) somente os documentos anexados ao processo podem ser objeto da perícia; quando apurado ou localizados outros documentos estes devem ser desconsiderados.</p> <p>(C) a assinatura em conjunto do laudo pericial pelo perito e pelo perito assistente exclui a possibilidade de parecer pericial.</p> <p>(D) o planejamento não deve conter orçamentos de valores a serem despendidos nas diligências, uma vez que, quem determina os valores na perícia é o juiz.</p> <p>(E) o perito contador deve aceitar ou não a participação do perito contador assistente, manifestando sua posição ao juiz do processo.</p>	<p>77. Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de determinado Estado recebeu notificações para pagamento de IPTU e taxas de coleta de lixo e de água e esgoto de município onde é proprietária de um imóvel destinado a sua sede, localizado na zona urbana. Diante disso, a agência reguladora,</p> <p>(A) autarquia que é, está isenta constitucionalmente do pagamento de impostos e, portanto, só deverá pagar as taxas.</p> <p>(B) autarquia que é, não está imune ao pagamento de impostos e taxas, posto que tal imunidade só é aplicada para os entes federados.</p> <p>(C) autarquia que é, não realiza o pagamento de impostos e, portanto, é imune ao pagamento do IPTU, mas é devedora das taxas.</p> <p>(D) empresa pública que é, está isenta constitucionalmente do pagamento de taxas e impostos.</p> <p>(E) fundação pública que é, está imune ao pagamento de impostos e taxas, posto que tal imunidade só é aplicada para os entes federados.</p>
<p>75. Para a tomada de decisão, o parecer pericial contábil tem como objetivo, na esfera extra-judicial, subsidiar</p> <p>(A) as partes.</p> <p>(B) o juiz.</p> <p>(C) o advogado de defesa e o juiz.</p> <p>(D) o advogado de acusação e o juiz.</p> <p>(E) o árbitro e as partes.</p>	<p>78. Segundo o Código Tributário Nacional, a taxa pode ter como fato gerador</p> <p>(A) a prestação de serviço público divisível ou indivisível, prestado efetivamente ao contribuinte ou posto à sua disposição.</p> <p>(B) o exercício regular do poder de polícia, desde que específico e divisível, prestado efetivamente ao contribuinte ou posto à sua disposição.</p> <p>(C) a realização de obra pública, como por exemplo, pavimentação asfáltica, desde que gere valorização imobiliária ao proprietário do imóvel adjacente à obra.</p> <p>(D) a prestação de serviço público indivisível, ainda que só colocado à disposição do contribuinte.</p> <p>(E) a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.</p>
<p>76. O Presidente da República majorou a menor alíquota do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de 15% para 18%, através de medida provisória editada em 25 de agosto de 2006. Os contribuintes deste imposto, que recolhem através de Carnê-Leão,</p> <p>(A) continuarão recolhendo o imposto de renda pela alíquota de 15% até o final do exercício financeiro em que a medida provisória foi editada, mas a partir do exercício seguinte imediatamente a nova alíquota deverá ser aplicada.</p> <p>(B) passarão a recolher o imposto de renda pela nova alíquota, porque medida provisória tem eficácia imediata, sendo exceção ao princípio da anterioridade mitigada.</p> <p>(C) só passarão a recolher o imposto de renda pela nova alíquota após noventa dias da publicação da medida provisória, em atenção ao princípio da noventena.</p> <p>(D) continuarão a recolher o imposto de renda pela alíquota de 15%, posto que para o imposto de renda a medida provisória não tem eficácia imediata, devendo ser convertida em lei até o último dia do exercício financeiro em que foi editada.</p> <p>(E) passarão a recolher o imposto de renda pela nova alíquota após ter sido a medida provisória convertida em lei, isto é, no prazo de sessenta dias, prorrogáveis por mais sessenta dias, sendo exceção ao princípio da anterioridade.</p>	<p>79. Tem competência para instituição de imposto sobre o serviço de transporte interestadual e intermunicipal, de contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) e de contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, respectivamente,</p> <p>(A) a União, a União e o Estado-membro.</p> <p>(B) o Distrito Federal, a união e o Distrito Federal.</p> <p>(C) a União, o Estado-membro e o Distrito Federal.</p> <p>(D) o Município, o Estado-membro e a União.</p> <p>(E) o Estado-membro, o Município e o Município.</p> <p>80. O ICMS</p> <p>I. será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores.</p> <p>II. poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.</p> <p>III. incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiofusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.</p> <p>IV. compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização, configure fato gerador dos dois impostos.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>